

O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo– sociedade numa perspectiva cultural– histórica

*The social as a subjective production:
overcoming the dichotomy between
social and individual from a cultural
historical perspective*

Fernando Luis González Rey

Resumo

O artigo discute algumas das formas em que o social tem aparecido nas teorias psicológicas, enfatizando como a falta de atenção ao teórico em psicologia tem afetado avançar sobre o que o social significa e como essa definição tem repercussão para o avanço da teoria psicológica como um todo. Para avançar sobre este tema no artigo se desenha um quadro de como o social aparece em diferentes teorias psicológicas. Finalmente o construcionismo social e o tema da subjetividade desde uma perspectiva cultural-histórica são discutidos os aspectos compartilhados por ambas as teorias e avançando sobre as implicações de suas diferenças para a psicologia atual. A relevância dos temas do sujeito e da subjetividade para a superação dos diferentes tipos de reducionismo que tem caracterizado as diferentes formas em que a psicologia tradicional tem estudado o tema são discutidos.

Palavras-chave

Teoria cultural-histórica; subjetividade; subjetividade social; sujeito; construcionismo social.

Abstract

This paper discusses some of the paths through which the topic of the social has appeared in different psychological approaches. In the discussion is emphasized as the lack of attention given to theory in psychology has affected the theoretical advance on what the social means and how its definition could

**Fernando Luis
González Rey**

**Centro Universitário de
Brasília**

Doutor em Psicología pelo Instituto de Psicología General y Pedagógica de Moscú. Professor titular do Centro Universitário de Brasília, professor visitante institucional da Universidade Autónoma de Madri e professor e assessor do Programa de Doutorado em Psicologia da Universidad de San Carlos em Guatemala.

gonzalez_rey49@hotmail.com

impact psychology as a whole. In order to advance further on this focus the paper discusses different ways through which the social has appeared in psychology. Finally are discussed how the social appears in social constructionism and in the approach of subjectivity from a cultural–historical standpoint, discussing the points of convergence and divergence between these two theories in regards to this topic as well as the impact of their differences bring for psychology today. The relevance of the topics of subject and subjectivity for overcoming different kinds of reductionism in treatment to the social by traditional psychology are focused.

Keywords

Cultural – historical theory; subjectivity; social subjectivity; subject; social constructionism.

Introdução

A história da psicologia tem sido marcada por uma dificuldade na definição teórica dos termos que usa, por uma séria de fatores, dos quais eu gostaria de destacar três que eu percebo como os que tiveram particular influência nesse processo: a separação da psicologia da filosofia e do resto das ciências sociais na sua procura pelo *status* de objetividade, que foi o que caracterizou as ciências naturais no fim do século XIX e princípios do século XX; a heterogeneidade que caracterizou a emergência das diferentes teorias psicológicas, como por exemplo, a psicanálise que emerge a partir do discurso médico; a teoria das representações sociais que teve importantes raízes na sociologia e na antropologia; a teoria cultural-histórica influenciada pela filosofia Marxista, pela filosofia idealista russa e pela psicologia europeia; o behaviorismo que se alimentou de uma visão naturalizada do comportamento, apoiada numa metodologia positivista; as teorias sistêmicas sobre a família, influenciadas pela cibernética; e, finalmente, a hegemonia de um empirismo a-teórico na concepção dominante de pesquisa em psicologia.

Como resultado desse processo de desenvolvimento, a definição de problemas e conceitos compartilhados não foi possível e a psicologia se caracterizou por ser uma ciência carregada de dicotomias irreconciliáveis e de vácuos teóricos que marcaram a sua fragmentação levando-a a um estado que Vygotsky, já na sua época, havia definido como crise (VYGOTSKY, 1982). Dentre as dicotomias que caracterizam a psicologia até hoje, centraremos o presente artigo na dicotomia entre o social e o individual, que se alimenta de um dos vácuos importantes dessa disciplina: a ausência de uma proposta teórica consistente sobre a natureza dos processos e formas de organização que especificam o campo da psicologia nas pessoas e nos fenômenos humanos. Frente a essa ausência a psicologia continua arrastando o legado de Durkheim que definiu a psicologia e a sociologia como orientadas por dois saberes diferentes: a psicologia centrada no conhecimento das leis do comportamento humano, sendo seu objeto de estudo o indivíduo, enquanto a sociologia estudaria as leis dos fenômenos sociais.

O conceito de lei foi importante para demarcar a principal função da ciência como a definição das leis do fenômeno estudado a partir da correlação de variáveis de domínios diferentes. A força da relação “estímulo-resposta” como fórmula para explicar a gênese do comportamento humano, foi o pano de fundo teórico sobre o qual se erigiu a omissão dos processos que caracterizam os sistemas dentro dos quais se definem as variáveis estudadas. As variáveis apareceram, então, como elementos abstratos isolados, facilmente manipuláveis e controláveis em situações experimentais, sendo as correlações entre as variáveis o almejado resultado “objetivo” da pesquisa psicológica, ainda que sobre essa relação não fosse explicitada nenhuma ideia por parte dos pesquisadores.

Sobre o conceito de variável se construiu uma parte considerável da representação teórica da psicologia moderna, o qual na opinião de Danziger (1997, p.158):

Como na biologia, a metodologia foi a fonte da metalinguagem às categorias psicológicas já existentes. Um termo chave dessa metalinguagem foi a “variável”. Quando os psicólogos se estenderam na metalinguagem metodológica, eles não olharam mais para aqueles fragmentos de realidade chamados ‘motivos’, ‘atitudes’ ou ‘personalidade’ – eles começaram a estudar ‘variáveis motivacionais’, ‘variáveis atitudinais’ ou ‘variáveis da personalidade’.

Nesse estado de coisas o teórico como produção da imaginação humana foi suprimido, sendo substituído por variáveis que representavam significados descritivos sobre fatos de diferente natureza passíveis de serem devidamente operacionalizáveis, isto é, observáveis ou mensuráveis. Esse tipo de psicologia hegemoneizou até a primeira metade do século XX a ideia de ciência em psicologia, o que em decorrência desse paradigma restringiu as pesquisas científicas a um referente objetivo, indutivo e descritivo em que as variáveis psicológicas, que sempre se consideravam dependentes, terminaram se reduzindo a comportamentos, enquanto as variáveis ambientais terminaram se reduzindo a elementos objetivos também passíveis de serem operacionalizados e controlados pelo pesquisador. Nesse esquema a pesquisa em psicologia acabou identificando a dimensão psicológica com as variáveis do comportamento, o que implicou a eliminação da dimensão teórica da psicologia em prol do que resultava mensurável e observável. Nesse marco teórico não existia espaço nem para a subjetividade, nem para o social, resultando ambos reduzidos às variáveis específicas de domínios diferentes, um interno à pessoa e outro externo a ela. As categorias, longe de representar processos de um sistema, se transformaram em realidades em si mesmas.

No presente artigo será discutido como o social sofre uma importante modificação com a emergência do tema da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica, marco teórico que não esteve isento de uma forte influência positivista em sua história na União Soviética. O social não é externo ao ser humano, o caráter simbólico dos processos sociais nas condições da cultura representou um momento novo e diferenciado no funcionamento psíquico humano, que permitiu que a psique humana transcendesse aos sinais do ambiente e se tornasse um sistema gerador das próprias realidades em que ela se configura e desenvolve. Nesse processo emergiu uma nova qualidade exclusiva dos processos humanos na qual o simbólico se integra com o emocional num processo que compreende toda experiência humana como um 'sentir' produzido a partir do qual se rompe radicalmente o determinismo do externo sobre o interno que tem caracterizado a psicologia por um longo tempo.

Diferentes marcos teóricos que contribuíram à objetivação do social

O marco teórico comportamental, centrado primeiro na relação 'estímulo-resposta', não foi um atributo exclusivo do behaviorismo e dominou as mais diversas posições da psicologia norte-americana na primeira parte do século XX, caracterizando uma psicologia centrada no experimento, o qual era sinônimo da cientificidade. Essa psicologia centrada na unidade E-R representava o social como uma dentre as múltiplas influências externas objetivadas que influenciavam a pessoa desde o exterior, compreendido muito mais como "ambiente" do que como social propriamente dito. Na década de 1950 o conceito de variável passou a ganhar uma relevância cada vez maior, passando rapidamente de um conceito técnico a um conceito que representava o objeto da investigação (DANZIGER, 1997). O conceito de variável foi e ainda é a base de uma psicologia centrada na correlação estatística como critério de legitimidade do saber; uma psicologia que se separou completamente das ideias e das explicações, entendendo exclusivamente de correlações entre variáveis. Essa psicologia se caracterizou por um reducionismo empirista tão forte, que terminou transformando as variáveis independentes em causas do comportamento, algo que o positivismo sempre criticou.

O conceito de variável levou a pesquisa em psicologia a uma profunda orfandade teórica. A medição e a demonstração associadas ao experimento e aos testes de medição passaram a capitalizar uma ideia de objetividade científica centrada nos instrumentos, uma tendência que se estendeu a todos os campos da psicologia, e que foi responsável pelo que S. Koch (1999) definiu como o 'fetichismo metodológico' da psicologia, e Danziger (1990) como 'metodolatria'. Essa pesquisa a-teórica foi responsável por massas de dados sobre os quais muito pouco se avançou sobre modelos teóricos explicativos dos problemas estudados. A tendência epistemológica que caracterizou esse tipo de pesquisa foi responsável por outra das dicotomias que caracterizou o período moderno da psicologia; a dicotomia entre a investigação psicológica e os sistemas teóricos da psicologia. Como a pesquisa em psicologia não era fonte de produção teórica, os sistemas teóricos não avançaram numa reflexão epistemológica alternativa àquela dominante, que seria o que permitiria desenvolver alternativas metodológicas frente aos desafios teóricos que cada um desses sistemas introduzia.

Um exemplo dessa dicotomia entre ciência e sistema teórico foi a própria psicanálise que durante anos se focou na clínica sem maiores esforços por se integrar ao *status* de ciência, apesar da aspiração do seu fundador. Nesse sentido, a psicanálise foi excluída institucionalmente como forma legítima de fazer ciência e os aportes epistemológicos implícitos de Freud na construção do conhecimento a partir da prática clínica por anos não foram objeto da atenção pelos psicanalistas. Entre as consequências desse abandono pelas questões epistemológicas e teóricas nesse importante campo de produção teórica da psicologia estão o uso dogmático da teoria e a despreocupação da psicanálise com a metodologia de pesquisa até tempos recentes (PARKER, 2005; FROSH; SAVILLE YOUNG, 2008).

Essa despreocupação com os aspectos epistemológicos e metodológicos decorrentes da teoria se estendeu a todos os sistemas teóricos da psicologia e repercutiu nas próprias deformações na compreensão da teoria, não só pela sua conversão em dogma, como foi dito antes, mas pela impossibilidade de confrontação das teorias com as novas construções teóricas advindas da pesquisa, que é aquilo que representa um momento co-substancial do desenvolvimento das teorias e que também representa um traço essencial do caráter histórico das teorias.

Na primeira parte do século XX, o social ficou reduzido à condição de estímulo, externo à pessoa, embora que a psicologia centrada na relação E-R definia essas influências como vindas do ambiente, dadas pelas condições externas que afetam ao organismo em seu espaço imediato de comportamento. Essa representação da influência das condições imediatas sobre o comportamento do organismo logo foram representadas pelo conceito de variável, que já permitiu qualificar a variável pelo tipo de ambiente do qual emergia, falando-se, assim, de variável familiar, laboral, escolar, etc. Porém, o conceito de variável não representou nenhum avanço sobre o conceito de estímulo na especificação qualitativa do tipo de influência sobre as pessoas sinalizadas por esses conceitos.

O social na psicanálise, que foi um sistema teórico alternativo por excelência a esse tipo de psicologia acadêmica que dominava a Academia, foi representado por eventos específicos que eram inseparáveis para garantir o bom desenvolvimento de dinâmicas universais, cujas forças reitoras estavam definidas numa ideia de natureza humana universal. Alguns autores fazem uma análise interessante do valor da experiência vivida em alguns momentos do desenvolvimento da psicanálise freudiana (BLEGER, 1988), porém o que é certo é que as forças motivadoras da estrutura psíquica freudiana não tem sua gênese na cultura, embora que os elementos da cultura sejam sinalizados na explicação de muitos dos processos estu-

dados pela teoria como uma qualidade associada ao desenvolvimento de dinâmicas intrapsíquicas.

O referente que a teoria freudiana teve nas representações da biologia, da medicina e da física, não permitiu a Freud avançar sobre uma proposta ontológica específica, capaz de integrar o social, a cultura e psique humana. Devemos ter em conta que na época em que Freud desenvolveu sua teoria não tinham aparecido, ou mesmo ganhado visibilidade, teorias como a cibernética, a linguística moderna, a filosofia da linguagem e o estruturalismo. O Marxismo, embora fosse uma filosofia do século XIX, estava associado com a subversão comunista e não foi um referente da psicologia na primeira metade do século XX. Todas essas influências referidas e seus desdobramentos e efeitos colaterais para a psicologia e as ciências humanas em geral de uma forma ou outra influenciaram tanto à psicanálise com aos outros sistemas teóricos que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX. Uma exceção nesse panorama dominante na psicologia na primeira parte desse século é representada pela psicologia cultural-histórica que emergiu na União Soviética logo depois da Revolução de Outubro.

O descompasso entre o desenvolvimento teórico e metodológico responsável pela dicotomia entre teoria e pesquisa em psicologia, porém, não foi alheio à psicologia cultural-histórica, que teve como ponto forte a integração da cultura e a historicidade na compreensão do psiquismo humano, mas que se desenvolveu num momento político institucional que também limitou o seu desenvolvimento. Nos tempos soviéticos o caráter ideológico que adquiriu a polêmica entre materialismo e idealismo levou nos anos vinte à substituição progressiva dos psicólogos considerados idealistas das posições-chaves nas instituições da psicologia soviética. Nesse processo figuras da relevância de Chelpanov e Schpet foram separadas do Instituto de Psicologia de Moscou. Chelpanov foi fundador e inspirador do Instituto e do avanço da psicologia, primeiro na Rússia e depois no período soviético, enquanto Schpet¹, seu discípulo e colaborador, fora um brilhante teórico e fundador da cátedra de psicologia étnica na Universidade Lomonosov de Moscou.

No clima gerado pela repressão stalinista nos anos vinte, a psicologia soviética perdeu a riqueza das discussões que caracterizaram os seus primeiros anos e uma representação objetivista e mecanicista do Marxismo começava a enfatizar na materialidade o principal atributo do Marxismo em detrimento à dialética, muito embora a ênfase de Lenin nos Cadernos filosóficos no fato de que a consciência era gerada no mundo, mas ela também era geradora desse mundo, algo que como destacou Bruchlinsky (1997) foi totalmente desconhecido pela filosofia marxista soviética nos tempos de Stalin.

A saída dos autores idealistas de posições reitoras das instituições da psicologia soviética implicou também num enfraquecimento dos temas da linguagem, do pensamento e da consciência, nos quais Schpet teve contribuições decisivas que parecem ter tido uma profunda influência na obra de Vygotsky, de quem foi professor na Universidade do Povo de Shanyavsky antes de ser seu colega no Departamento de Pedologia da Segunda Universidade de Moscou (ZINCHENKO, 2007). Segundo Zinchenko, muitos dos temas desenvolvidos por Vygotsky já estavam presentes na obra de Schpet como os conceitos de sentido e significado, a relação entre pensamento e linguagem e as unidades da vida psíquica. A importância da filosofia idealista russa sobre a psicologia soviética foi minimizada na história oficial que caracterizou o período soviético, porém essa relevância esteve associada em particular ao papel da cultura na gênese e desenvolvimento da psique humana, assim como com o desenvolvimento do caráter ativo da consciência. A importante historiadora da psicologia russa E. Budilova escreveu sobre outro filósofo idealista, M.M. Troitski, que

1

Schpet foi preso em 1934 e posteriormente fuzilado em 1937 numa década de profundo terror stalinista.

ocupara a cátedra de psicologia da Universidade de Moscou e fora Presidente da Sociedade de Psicologia de Moscou no fim do século XIX, que sua tese de doutorado “tinha sido o primeiro trabalho psicológico russo de caráter histórico” (BUDILOVA, 1983, p.19).

Com a perda de espaço das posições idealistas orientadas a destacar a historicidade da consciência na cultura, que enfatizavam o caráter ativo da consciência e reconheciam a especificidade ontológica dos processos psíquicos, os cientistas da área da neurofisiologia, que sempre foram muito fortes, tanto na ciência russa, como soviética, exerceram um peso maior sobre o caráter materialista da psique humana, materialismo que naquele momento se associou com a atividade nervosa superior como determinante essencial dos processos psicológicos. Entretanto, personagens relevantes da neurofisiologia, como Sechenov e Bechterev, não desestimaram a importância do social para a gênese e desenvolvimento do psicológico. Bechterev, com a fundação da reflexologia, foi uma importante fonte do desenvolvimento posterior da psicologia soviética. Esse fortalecimento da neurofisiologia nos começos dos anos vinte, porém, não levou naquele momento a uma psicologia oficial orientada pelo reducionismo fisiológico e muito rapidamente emergiram posições que se opunham a representação fisiologista da psique humana, sendo a mais forte naquele momento a reactologia, proposta de Kornilov que defendia o conceito de reflexo, tal qual foi desenvolvido por Lenin, em *Materialismo e Empiriocriticismo*, e que décadas mais tarde será central na versão oficial de psicologia soviética defendida pelo seu discípulo naquele momento, A.N.Leontiev.

O social na proposta de Kornilov aparecia como relevante, porém era apresentado através de uma visão determinista e mecanicista como “influência externa”: “A psicologia não é só função do cérebro. É necessário estudá-la como reflexo da realidade objetiva” (KORNILOV, 1925, p.93). Esse giro na procura da objetividade na representação da psique como reflexo do mundo e não como o produto da atividade fisiológica do sistema nervoso superior, marcou um novo momento no desenvolvimento de uma psicologia que pretendia se transformar na expressão do Marxismo em psicologia. Com Kornilov marca-se politicamente um determinismo social em contraposição ao determinismo fisiologista defendido por Pavlov e Bechterev, ainda que este último tenha se separado do primeiro no sentido de procurar explicações mais complexas para os fenômenos psíquicos e sociais.

Kornilov representou não apenas uma posição teórica relevante no interior da psicologia soviética, mas também estava à frente de uma das instituições mais importantes da psicologia nessa época: o Instituto de Psicologia de Moscou, que na época era parte da Universidade Lomonosov de Moscou. Desde essa posição institucional ele se rodeou de um grupo de jovens de talento, dentre os quais se encontravam Luria e Leontiev. O determinismo do social sobre o psíquico visando à compreensão objetiva da psique como reflexo do externo, que posteriormente seria um aspecto central da teoria da atividade proposta por Leontiev, teve na obra de Kornilov o seu primeiro momento na psicologia soviética. O social começava a ser identificado com a influência imediata do externo.

Kornilov se interessa por Vygotsky logo depois da apresentação deste no II Congresso de Psiconeurologia de toda Rússia realizado em 1924. Como resultado de sua exposição Vygotsky ganha um reconhecimento a nível nacional a partir desse momento, e é convidado por Kornilov para integrar o grupo dirigido por ele no Instituto de Psicologia. O clima do Instituto, uma vez que Kornilov se converteu em seu diretor, estava dirigido a eliminar o menor vestígio do subjetivismo de Chelpanov, o que implicou na ênfase da psique como reação ao meio, o que, nas palavras de Luria muitos anos depois, representou “um tipo de behaviorismo” (VAN DEER VEER, 2007).

Esse clima dominante no Instituto não foi alheio ao próprio Vygotsky que mesmo depois de ter defendido em várias obras escritas num primeiro

momento de sua carreira o caráter criativo e gerador da psique humano, entre 1928 e 1931, terminou identificando a consciência como o sistema das funções psíquicas superiores, as quais reduziu às funções cognitivas, compreendendo-as como operações que primeiro tinham uma natureza externa, social, e depois passavam a se transformar em internas através da operacionalização. Esse momento de realismo orientado pelo conceito de reflexo levou a um empobrecimento da ideia do social, que se reduziu à relação do externo com o interno num plano funcional. Esse giro não foi alheio a alguns dos estudiosos de sua obra, o que se expressa com clareza na seguinte afirmação de Bakhurst (2007, p. 60): “Vygotsky, o antirracionalista começou a sofrer de uma aceitação ingênua dos conceitos de verdade e realidade”.

Essa aceitação ingênua a que o autor se refere, expressou-se com particular força nesse momento entre 1928 e 1931, não sendo algo que tenha afetado apenas a Vygotsky, mas que se expressou com força na psicologia soviética de forma geral. Porém, no último momento de sua obra, Vygotsky transcende a sua representação realista da gênese da consciência através dos seus conceitos de sentido e “*perezhivanie*” (GONZÁLEZ REY, 2009, 2011), conceitos que também lhe distanciam desse momento mais realista na compreensão do conhecimento, destacado por Bakhurst. Nesse último momento de sua obra, pela primeira vez a ideia das influências externas, que serviram como a principal referência ao social que hegemônizou a psicologia soviética de forma geral, foi subvertida por Vygotsky ao defender que o significado do social para o desenvolvimento da criança não depende da influência externa sobre a criança de forma isolada, e sim pela forma que essa influência toma a partir da estrutura da personalidade da criança no momento de viver essa experiência. Com esse conceito Vygotsky, de fato, se separa de uma definição operacional do social e coloca num outro patamar a relação entre o social e o individual, assim como entre a psique e as influências externas.

Ainda que esse posicionamento de Vygotsky tenha representado um grande passo de avanço em relação às suas posições mais deterministas e realistas, defendidas por ele entre 1928 e 1931, ele ainda conservava uma divisão mecanicista entre o externo e o interno, onde o externo continuava sinalizando o social. Essa dicotomia se manteve até os últimos momentos da psicologia soviética, embora se possa encontrar na obra de vários psicólogos soviéticos relevantes momentos de superação dessa concepção (RUBINSTEIN, 1947, 1964; BOZHOVICH, 1968; CHUDNOVSKY, 1986; ABULJANOVA, 1973, 1980; BRUSCHLINSKY, 1997; LOMOV, 1984).

Rubinstein, assim como Vygotsky entre 1932 e 1934, se esforçou nos anos quarenta por transcender as limitações que o conceito de reflexo implicou para a psicologia soviética e para isso se apoiou em dois conceitos fundamentais: a refração como algo diferente ao conceito de reflexo, e a unidade da consciência e da atividade, o que permitia transcender um caráter linear atividade-consciência na gênese das funções psíquicas, atribuindo à consciência um caráter ativo e gerador nessa relação. Já na década de 1950, Rubinstein (1959, p.19) chega a uma importante conclusão que irá marcar, ainda que de forma indireta, o desenvolvimento da psicologia soviética nas próximas décadas:

A dimensão social não se mantém como fato externo em relação ao homem: ela o penetra e desde dentro determina a sua consciência. Por meio de: a) a linguagem, a fala, essa forma social do conhecimento; b) o sistema do saber que é o resultado teoricamente conscientizado e formalizado da prática social; c) a ideologia que, na sociedade de classes reflete os interesses classistas e, por último, d) a correspondente organização da prática individual, a sociedade vai configurando tanto o conteúdo como a forma da consciência individual de cada pessoa.

Ainda que na citação possam se observar elementos do realismo que caracterizou a psicologia soviética, o que se expressa na relação direta e imediata que estabelece entre o social e a consciência, Rubinstein destaca como o social precisa ser compreendido através da forma em que aparece na consciência, o qual era um avanço muito importante nessa época. Unido a isso nos apresenta formas da consciência que transcendem a representação sobre a consciência que era dominante nessa época que, dominada pela teoria da atividade de Leontiev, apresentava-a como um conjunto de operações internalizadas. Esse posicionamento de Leontiev (1978, p. 37-38) fica claro na seguinte afirmação do autor:

Pesquisas recentes têm revelado o fato indiscutível de que existem processos do pensar que acontecem igualmente em forma de atividade externa com os objetos materiais. É mais, se mostrou nessas pesquisas que os processos internos do pensar não são mais do que um resultado da interiorização e transformação específica da atividade prática externa e que existem constantes transições de uma forma de atividade para a outra.

Na compreensão da gênese dos complexos processos do pensar na atividade externa com objetos materiais, são omitidos tanto os complexos processos sociais de natureza simbólica que se configuram de múltiplas formas no pensamento individual no curso dessas práticas, quanto os processos geradores, subjetivos da pessoa que são inseparáveis da operação do pensar e que definem esse processo como configuração subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2011, 2012), como a imaginação e as fantasias, elementos centrais no caráter criativo do pensamento e que nunca aparecem como resultado das operações lógicas que caracterizam esse processo. O social na teoria da atividade de Leontiev só se expressa no caráter social dos objetos sobre os quais as atividades das pessoas têm lugar.

As posições de Leontiev apareceram entre os primeiros anos da década dos anos sessenta e meados dos anos setenta como uma psicologia oficial definida como a “psicologia marxista”. Algo que apareceu com força após a reunião conjunta dos membros da Academia de Ciências e da Academia de Ciências da antiga União Soviética, nos primeiros anos da década dos cinquenta do século passado, foi a orientação para que as ciências sociais se tornassem Marxistas. Nesse encontro, diretamente convocado por Stalin, pela primeira vez se definiu a obrigação do caráter Marxista da ciência, o que levou à definição de uma teoria Marxista em cada campo do saber, algo que já havia acontecido com a genética anteriormente.

Como resultado daquela reunião, que passou a ser conhecida como a “Sessão Pavlov”, se definiu que a doutrina do eminente neurofisiologista russo deveria se converter na base sobre a qual se organizaria uma psicologia marxista. Com a celebração dessas sessões, deu-se um novo “giro fisiologista” na psicologia soviética, só que desta vez considerado como a posição “politicamente correta”, o que inaugurava assim o caminho de uma “psicologia oficial” que pudesse ser reconhecida como a “psicologia marxista”. Essa tendência foi tão forte que na análise histórica daquele encontro, Budilova, Lomov e Shorojova (1975, p. 12) escreveram:

Na discussão muitos dos participantes rejeitaram a possibilidade de um estudo objetivo da psique, o qual os levou a propor a substituição da psicologia pela fisiologia do sistema nervoso superior.

Os efeitos dessas sessões sobre a psicologia soviética nos anos cinquenta foram imediatos. O jargão fisiologista voltou a aparecer com força nos trabalhos dos psicólogos, múltiplas reuniões se realizaram nas

instituições de ensino e pesquisa da psicologia para reorientá-la em relação a esses novos princípios políticos norteadores e os temas da imaginação, da fantasia, da linguagem, da consciência e da personalidade, temas que foram estimulados de diversas formas por Vygotsky e Rubinstein, desapareceram do cenário da psicologia soviética. Junto com eles o social perdeu relevância frente ao reconhecimento da fisiologia como o nível que definia a objetividade da psicologia. O subjetivo como tema específico do desenvolvimento humano nas condições da cultura não teve nenhum espaço na psicologia soviética a partir daquele momento. Entretanto, outras formas de pensar uma psicologia objetiva tão reducionista como a fórmula fisiologista seguiam ganhando espaço desde as instituições da psicologia, sendo a mais significativa dentre elas a proposta sobre a atividade que o poderoso grupo liderado por Leontiev desenvolvia no Departamento de Psicologia da Universidade Lomonosov de Moscou.

Logo depois da morte de Stalin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, se fizeram públicas uma série de acusações contra Stalin que levaram a uma reestruturação importante das diversas esferas e instituições da sociedade soviética, as quais também tiveram importantes implicações para a psicologia. A ênfase na educação e nas mudanças sociais e institucionais passou a um primeiro plano e os acordos da “Sessão Pavlov” perderam sua relevância política. Essas mudanças, porém, não transformaram uma subjetividade social que foi dominante durante várias décadas, e o stalinismo continuou presente no nível subjetivo das instituições e das pessoas, assim, o culto ao politicamente correto, a hegemonia de um materialismo que tinha perdido a dialética, o culto aos chefes, os métodos autoritários e o privilégio de um Marxismo dogmático sobre qualquer forma diferente de pensamento, seguiram marcando aquela subjetividade social e tendo uma forte repercussão sobre o desenvolvimento da psicologia.

Nesse clima social institucional o culto a uma psicologia marxista com o foco na objetividade se manteve, só que nesse novo momento as condições estavam criadas para a emergência de uma nova forma de objetividade que superava aquela institucionalizada pelo stalinismo. Algo que foi comum a todas as formas de socialismo de estado totalitário é que o ídolo caído era suprimido de forma absoluta e tudo o que o lembrasse passava a ser “politicamente incorreto”. Frente a essa realidade, no reordenamento das novas forças no interior da psicologia, a teoria da atividade ocupava uma posição privilegiada para preencher a vaga que antes tinha sido ocupada pela atividade nervosa superior como a base de uma psicologia objetiva. A atividade com objetos materiais se constituía, assim, na nova pedra angular da psicologia soviética e com isso a figura de Leontiev ganharia uma dimensão política que o colocou na posição dominante do novo momento de desenvolvimento dessa psicologia logo depois da morte de Stalin.

A nova era que começava, onde a subjetividade e os temas sobre o social e o institucional teriam tão pouco espaço como na época do “oficialismo fisiologista”, fica muito bem caracterizada na seguinte citação de Galperin (1984, p. 59): “Naquele tempo nós estávamos confrontados com dois perigos: o behaviorismo e o subjetivismo. Para evitar o subjetivismo era preciso manter constantemente em mente a ideia da primazia da atividade externa”.

A teoria da atividade de Leontiev manteve o conceito de atividade com objetos materiais concretos como o principal conceito da psicologia. O termo foi usado tanto como explicação universal de gênese de qualquer conteúdo psíquico, como para explicar os diferentes processos e sistemas psíquicos. Nesse sentido, Leontiev e seus colaboradores começaram a definir o pensamento, a percepção e outras funções psíquicas em termos de atividade de pensamento, atividade perceptual e assim por diante. Nesse processo o conceito de atividade foi substituindo a especificidade ontológica da consciência, do social e do psiquismo humano de forma geral. A

identidade estabelecida por Leontiev entre a estrutura da atividade interna, psíquica e da atividade externa, de operações com objetos, foi a base teórica dessa teoria na qual o psíquico terminou sendo considerado um epifenômeno da atividade externa.

As limitações dessa teoria para a psicologia soviética se evidenciam na ausência de desenvolvimento nas áreas da psicologia social, da psicologia clínica e das organizações nas pesquisas orientadas sob a influência da teoria da atividade. A psicologia social e das organizações só foi desenvolvida pela forte Escola de Leningrado (Ananiev, Miasichev e seus discípulos Lomov e Bodaliyov), que manteve uma relativa independência da psicologia dominante em Moscou.

Na década dos anos setenta aconteceram importantes mudanças na psicologia soviética, associadas aos seguintes fatores:

- A nomeação de B.Lomov, discípulo de Ananiev e representante da psicologia de Leningrado, como diretor do Instituto de Psicologia da Academia de Ciências da União Soviética, e sua nomeação como Membro Correspondente da Academia de Ciências da União Soviética, o único psicólogo soviético que teve esse reconhecimento depois de Rubinstein antes da punição que recebeu no ano 1947.
- A morte de A.N. Leontiev e a perda de força política da Faculdade de Psicologia da Universidade Lomonosov de Moscou, da qual foi decano.
- O V Congresso da Sociedade de Psicólogos da União Soviética, que teve como tema central “A questão da Atividade na Psicologia Soviética” onde o monopólio do conceito de atividade como pedra angular da “Psicologia Marxista” foi amplamente debatido e criticado.
- Os novos rumos políticos que nessa década começaram a se expressar na União Soviética.

Como resultado dessas transformações o interesse pela subjetividade, pela pessoa e por outra forma de pensar o social passaram a ter especial destaque nos novos rumos da psicologia soviética. O conceito de comunicação e de relações humanas que por muito tempo esteve ausente naquela psicologia emergiu com particular força, não apenas como o debate em relação a uma categoria concreta, e sim como o sintoma da emergência de um novo paradigma naquela psicologia. Nessa polêmica Lomov teve um papel fundamental, destacando o aspecto paradoxal de que sendo considerada como a expressão mais acabada de “psicologia marxista” a teoria da atividade de Leontiev foi acima de tudo uma teoria psicológica individualista.

A concepção psicológica geral da atividade, os esquemas de sua análise, e o seu correspondente aparelho conceitual se formaram preferivelmente em relação à atividade individual, o que naturalmente estava determinado pelas questões próprias da psicologia geral. Por isso, de uma parte se trasladam de forma inadequada à atividade individual, questões que foram elaboradas pelo Marxismo para a análise da atividade da sociedade, e de outra parte, os processos psíquicos passaram a ser tratados como tipos particulares de atividade (LOMOV, 1979, p.35).

A revitalização da comunicação e das relações sociais, temas não desenvolvidos pela teoria da atividade, foi acompanhada pela emergência da questão da subjetividade como sendo outra das omissões importantes nessa teoria. Em palavras de V.E. Chudnovsky (1988, p.15) que foi um colaborador muito próximo de L.I. Bozhovich: “Não se pode deixar de

reconhecer que no curso de muitas décadas o problema da subjetividade em nossa ciência e na prática social foi subvalorizado”.

A partir de 1970 uma ampla discussão teórica aparece na União Soviética, o que levou a uma revisão de dogmas que durante anos marcaram o desenvolvimento daquela psicologia, assim como a própria forma de contar a sua história. De uma maneira diferenciada a que a psicologia social no Ocidente reagiu à hegemonia de uma psicologia individualista na primeira parte do século XX, com o desenvolvimento de uma “psicologia social sociológica” da qual a Teoria das Representações Sociais foi uma expressão, onde os temas do sujeito e dos processos subjetivos da pessoa ainda estiveram ausentes durante um tempo, a psicologia soviética assumiu o desenvolvimento dos temas sociais em estreita relação com o desenvolvimento de uma teoria psicológica da pessoa.

Subjetividade e práticas discursivas: novas articulações na definição do social

Ao contrário do que ocorreu da primeira parte do século XX, nos anos setenta desse século o impacto da linguagem e do pós-estruturalismo na psicologia abriu novos caminhos que levaram ao desenvolvimento de novas teorias psicológicas que se caracterizaram por uma forte crítica às bases teóricas e aos princípios epistemológicos sobre os quais se sustentou a psicologia nessa primeira parte do século XX, apesar de que essa influência ainda permanece de maneira significativa no nível institucional.

A ideia do discurso como prática introduzida por Foucault em *Arqueologia do Saber* teve um forte impacto numa psicologia que até esse momento não tinha encontrado uma definição ontológica capaz de acompanhar as suas diversas práticas e áreas de construção teórica. Mostrar como produções simbólicas organizadas nas práticas sociais constituem a ação individual para além da consciência da pessoa foi algo que já tinha sido defendido por Moscovici (GONZÁLEZ REY, 2008), porém as contradições que essa teoria apresentou no curso de seu desenvolvimento levou a que ela fosse alvo de críticas por alguns representantes de um novo movimento que se instituiu ao calor dessas novas posições, o construcionismo social. Essas críticas estavam dirigidas ao caráter representacional que, segundo esses autores, estava na base da teoria das representações sociais (IBÁÑEZ, 1988). Na realidade o que estava em jogo era a emergência de uma nova teoria que procurava legitimar o seu espaço na novidade e que nem sempre foi justa com os seus antecedentes, algo frequente no desenvolvimento da ciência.

Com o desenvolvimento do construcionismo social, o social ganha uma nova força a partir de sua definição como prática simbólica compartilhada e contextual. O desenvolvimento do tema do simbólico, tanto na filosofia como nas ciências sociais de maneira geral, abre novas temáticas para as ciências sociais e para a psicologia, em particular, abre novas opções tanto para a compreensão do social, como para avançar numa nova perspectiva no tema da subjetividade. O simbólico só entra na filosofia marxista soviética na década dos anos oitenta do século passado (SVIASIVAN, 1980), o que explica em parte o uso limitado do termo através apenas do signo, assim como a ênfase que ainda se percebe nos clássicos daquela psicologia na cognição.

O simbólico entra em contradição com o realismo ingênuo que tinha dominado a psicologia e que colocava o “real” fora da pessoa e de suas práticas, na concretização do mundo material externo à pessoa. A naturalização do real no “dado” e a compreensão dos processos psíquicos como epifenômenos do “real” foram característicos de uma procura pela

objetividade que excluía a dimensão simbólica e, portanto, construída, da realidade humana como cultura.

O construcionismo social faz uma importante contribuição quando quebra com a ideia de uma realidade objetiva única, passível de ser descoberta e de garantir um posicionamento objetivo para julgar de forma universal dimensões éticas, políticas ou de qualquer outro domínio das práticas humanas. O bom, o justo e o correto não são propriedade de nenhuma pessoa ou grupo. O reconhecimento da natureza simbólica das práticas humanas, do psiquismo humano e da realidade cultural, de fato as relativiza enquanto processos que se definem histórica e culturalmente, o qual tem um importante impacto para a psicologia. O construcionismo social se destacou pelas suas importantes críticas teóricas, epistemológicas e metodológicas realizadas sobre esse princípio. Mas esse princípio não é um patrimônio do construcionismo. A ênfase no caráter simbólico da realidade também começa a se desenvolver com força entre os filósofos marxistas soviéticos da década dos anos oitenta quando o país vivia um novo clima político e social. Zotov (1981, p.178), filósofo soviético, afirma: “Os símbolos, então, modelam o mundo como campo das práticas do homem social. Este mundo modelado é o mundo da cultura”.

Partilhar a ideia de uma psicologia cultural-histórica é partir da natureza simbólica da realidade humana, que é o que a distingue como realidade cultural, pois significa que é produzida e histórica. É precisamente esse caráter simbólico o que permite quebrar algumas das metáforas naturalistas tão difundidas na psicologia e que por sua vez, tem marcado o seu caráter individualista. Pensar que as formas superiores e mais complexas da subjetividade e da criação humana podem ser construídas a partir de mecanismos que compartilham o homem, os pombos e os ratos, como o behaviorismo tentou fazer, ou que podem ser explicados pelos caminhos e desdobramentos de um desejo “encapsulado” que parte de pulsões universais, como proposto por certa psicanálise dogmática de inspiração freudiana, ou defender que os atos humanos estão contidos em tendências auto-atualizantes, ou num potencial humano universal, são todos princípios sobre os quais se tentou universalizar uma compreensão da subjetividade humana, suas práticas, ou simplesmente seu comportamento. O behaviorismo centrado no estudo do comportamento centrou o foco nas relações objetivas indivíduo-ambiente, relações essas nas quais a dimensão simbólica não foi considerada.

É a emergência do simbólico e o reconhecimento do caráter produzido das realidades humanas um dos pontos fortes que caracteriza a teoria das representações sociais e que representa um importante antecedente do construcionismo social. Claro que, como em toda teoria, a heterogeneidade teórica e epistemológica que se oculta por trás do rótulo das representações sociais é enorme. De fato, como tenho colocado em várias publicações anteriores (GONZÁLEZ REY, 2004, 2008), um amplo conjunto de pesquisas empíricas sobre as representações sociais tem convertido esse conceito numa entidade congelada passível de ser conhecida através de descrições verbais-intencionais das pessoas através de questionários, algo muito diferente da forma como Jodelet (1981) estudou as representações sociais da loucura e que marcou um momento de uma reflexão importante para o estudo das representações sociais.

A teoria da subjetividade desde uma perspectiva cultural-histórica na forma em que vem sendo trabalhada por mim e Mitjans Martínez e as nossas equipes de pesquisa e colaboradores nos últimos vinte anos, compartilha a maior parte das críticas que o construcionismo social faz à psicologia tradicional, assim como algumas das alternativas propostas por esses teóricos, por exemplo, no campo da psicoterapia (GONZÁLEZ REY, 2007), porém possui importantes diferenças com essa corrente teórica, que são:

- Gergen e Gergen (2011, p.13) expressam: “tudo o que consideramos real tem sido construído socialmente. Ou o que é ainda mais radical, nada é real até que a gente não chegue a um acordo sobre o que o é”. Eu concordaria com Gergen se ele estiver se referindo à ciência, à religião ou construções compartilhadas por práticas institucionalizadas. O conceito de representação social tem um importante valor heurístico para estudar os fenômenos que se dão nesse nível a que Gergen e Gergen se referem. Porém, eu penso que a realidade nos afeta de formas diversas, para além do que compartilhamos com os outros. A realidade não aparece apenas como um ato teórico ou dado em um nível simbólico. A nossa realidade tem expressões emocionais singulares que nos levam a sentir, imaginar e pensar fora de qualquer contexto de acordo com os outros. Os sentidos subjetivos² como conceito partilhado na subjetividade individual e social, mesmo que nunca idênticos nesses dois níveis, é uma dimensão do real que nunca é compartilhada.
- O reducionismo relacional defendido pelo construcionismo social, onde todo fenômeno é reduzido às relações e ao contexto. O construcionismo social, assim como alguns dos representantes mais destacados do pós-estruturalismo, compartilha a ideia da morte do sujeito, algo que vem do estruturalismo, mas que se perpetuou em seus desdobramentos principais. A relação, o processo do atual, não se dá só como expressão da relação, mas dos sentidos subjetivos que se produzem nessa relação e que são inseparáveis das configurações subjetivas que se organizam em cada participante da ação no próprio curso daquela. A história da pessoa está **presente** no atual não como passado, mas na configuração subjetiva da experiência atual, onde o passado é sempre presente, e um presente sempre diferente nas configurações subjetivas múltiplas e simultâneas que caracterizam a vida humana em seus diferentes contextos e áreas.
- A ênfase do construcionismo social no significado. Essa ênfase tem certa semelhança com a incorporação do cultural na psicologia cognitiva norte-americana, na qual o significado aparece como produção cultural (BRUNER, 1985). Precisamente pelo reducionismo relacional que o caracteriza, o construcionismo social pensa tudo o que até hoje tem sido sinalizado como processos psicológicos, como práticas relacionais discursivas, com o qual ao emocional não se pode reconhecer uma gênese na complexidade das pessoas e, portanto, é reduzido a um epifenômeno da própria relação. Os significados sempre existem em configurações muito mais complexas que os próprios jogos de linguagem, onde as emoções e seus desdobramentos simbólicos têm uma presença que a pessoa não percebe.

Essas diferenças fazem com que, mesmo concordando com um amplo leque das críticas e das questões levantadas pelo construcionismo, as nossas alternativas frente a elas sejam diferentes que as oferecidas por esse movimento teórico. Assim, por exemplo, Gergen e Gergen (2011, p.42) afirmam:

Desde uma perspectiva construcionista, a doença não “esta aí” simplesmente para que a descubramos, o que fazemos é construirmos certas ações como “doença” ou não. Uma pessoa que está triste, melancólica ou abatida, não precisa que a diagnostiquem como “doente”; pensamos que possivelmente precisa de um pouco de apoio dos amigos ou da família, um pouco de êxito ou reconhecimento, uma nova namorada, ou simplesmente tempo para se repor de uma perda.

2

Os sentidos subjetivos representam a unidade inseparável do simbólico e o emocional, onde a emergência desses processos implica ao outro formando uma unidade qualitativa que qualifica toda experiência humana a nível subjetivo. Os sentidos subjetivos estão associados às produções da pessoa no curso de uma experiência vivida. As experiências vividas não podem se definir nos tecidos verbais intencionais e de ação explícita que caracterizam as experiências humanas.

A citação anterior de Gergen é excelente para se analisar algumas das diferenças e semelhanças entre a proposta do construcionismo e da subjetividade numa perspectiva cultural-histórica. O fato da doença “não estar aí”, não ser algo externo e naturalizado como realidade em si mesma, e sim parte de todo um processo socialmente construído que a define como tal, é algo compartilhado por nós, porém essa é apenas uma dimensão da questão. A outra são os processos igualmente inventados, produzidos, que aparecem na pessoa e a levam a se sentir mal. Toda pessoa que faz clínica sabe que as coisas não são tão simples como Gergen as apresenta na segunda parte da citação, mesmo que as opções que ele relata também sejam possíveis. Mas na forma em que Gergen trata o problema está implícita uma relação externo-interno que atribui ao que acontece a “causa” do sentido pela pessoa, omitindo que perante uma depressão profunda, perante o abandono de uma noiva ou noivo, o problema não está no abandono em si, mas no que a pessoa produz subjetivamente frente a essa situação e essa produção é o resultado da configuração subjetiva que emerge na pessoa vivendo essa experiência.

A partir da reflexão anterior se expressa uma diferença importante entre a proposta sobre a psicoterapia feita por nós e aquela que defende o construcionismo social (GONZÁLEZ REY, 2007). Nós não partimos, como faz o construcionismo, do posicionamento de “não saber” do terapeuta. Tem um saber sim, que é uma ferramenta para a definição das ações terapêuticas e do posicionamento do terapeuta no diálogo, que são as hipóteses sobre a configuração subjetiva do estado psíquico que a pessoa apresenta. Essas hipóteses sobre a configuração subjetiva envolvida no mal-estar da pessoa permitem estabelecer diferentes conjecturas sobre a vida dela e sobre os seus sistemas atuais de relacionamentos. Estamos cientes que esse saber é apenas uma opção de inteligibilidade, como todo saber, e que não leva a uma ‘solução’ do problema, porém é parte de um processo que tem como objetivo uma produção subjetiva alternativa nessa pessoa que lhe permita se posicionar e a partir daí gerar novos sentidos subjetivos que podem representar opções para novas configurações subjetivas, diferentes daquela que lhe está gerando sofrimento (GONZÁLEZ REY, 2007).

Essas diferenças explícitas em relação ao construcionismo social também marcam uma diferença em relação ao significado do social para ambas as teorias, apesar da colocação de Latour (2005), que esclarece que o social tem sido tratado nas ciências sociais e na filosofia através de uma mega-noção de sociedade, dado como algo externo às pessoas, suas práticas e ações, e regido por leis próprias, tendência essa que ganha muita força com Durkheim na sociologia, mas que também teve força na representação de sociedade defendida por Marx. Latour defende configurações vivas e diversas que se organizam no amplo espectro de atividades das pessoas, destacando o aspecto processual e contextual do social, algo compartilhado pelo construcionismo social de maneira geral.

Ainda que nesse tema compartilhamos a crítica que já fizemos em consideração ao social como algo objetivo e externo às pessoas, como aparece nas posições discutidas na primeira parte deste artigo, também compartilhamos a crítica à sociedade pensada como mega sistema com leis próprias que de uma forma ou outra se erige desde essa condição como determinante privilegiado das diferentes ações humanas. Porém, o posicionamento desde a perspectiva teórica da subjetividade que defendo, enfatiza a presença de um sistema diverso, em processo, que se organiza em diferentes formas sociais de subjetivação que mantém um relacionamento recursivo entre si, se configurando umas nas outras de formas singulares nos distintos cenários e práticas sociais, o que tenho definido como subjetividade social (GONZÁLEZ REY, 1993, 2003, 2004). Essa subjetividade social está definida por configurações subjetivas que emergem em todo

espaço social, quer seja um espaço macro ou micro social. Esses espaços sociais se configuram e reconfiguram de forma permanente e por diferentes vias, sendo uma delas as próprias configurações subjetivas das pessoas que compartilham práticas sociais em seu interior.

Um antecedente importante nessa forma de pensar o social na teoria psicológica, e com o qual me encontrei no caminho de desenvolvimento de minha posição sobre a subjetividade, é o proposto por Castoriadis desde uma base psicanalítica bem original, onde de forma permanente integra mundo social e subjetividade como ontologia compartilhada em ambos os níveis. Essa constante presença do social na subjetividade da pessoa, e desta na trama social da ação individual, é muito bem expressado por Castoriadis (1995) ao explicitar a condição alienada. A trama da subjetividade na vida social é muito bem exemplificada por esse autor através de dois diferentes momentos, o primeiro quando a pessoa fica presa, alienada de si mesma pela força social dominante. Sobre isso o autor nos diz:

(...) através da fabricação social do individual, a instituição subjugua a imaginação singular do sujeito e, como regra geral, lhe conduz a se manifestar a si mesma só através dos sonhos, as fantasias, as transgressões e a doença. Em particular tudo ocorre como se a instituição tivesse tido sucesso em cortar a comunicação entre a imaginação radical do sujeito e o seu “pensamento” (CASTORIADIS, 1995, p. 29).

No posicionamento de Castoriadis observa-se a possibilidade de que o socialmente instituído se imponha de tal maneira sobre a pessoa, que esta fique reduzida na expressão de sua subjetividade radical às manifestações simbólicas indiretas e inconscientes já definidas por Freud. Porém essa imaginação radical, subjetiva da pessoa mantém formas de subversão frente a essa própria dominação instituída. Essa tensão permanente entre o indivíduo e os processos institucionalizados de sua vida social é a que apresentamos em nosso trabalho como a relação entre a subjetividade social e individual, onde uma nunca é externa a outra, emergindo de múltiplas maneiras, uma constituinte da outra, processo que acontece de forma singular tanto nos espaços sociais afetados por essas dinâmicas como nas pessoas que compartilham suas práticas no interior desses espaços.

Um aspecto importante do conceito de configuração subjetiva, tanto social como individual, é que através desse conceito explicamos a unidade da diversidade simbólica da vida humana organizada por sociedades singularmente culturais, tanto na configuração subjetiva das pessoas, como nos cenários sociais em que acontecem suas práticas, sistemas de relações e que representam os espaços em que se forjam suas identidades. O social desta forma não é um sistema de práticas e discursos simbólicos que emergem apenas no curso de práticas situadas em contextos; o social em toda sua complexidade se constitui em formas singulares de ação, tanto individuais, como sociais, que tem como característica a configuração particular da subjetividade social e individual, que se desdobra através de sentidos subjetivos diferentes em cada um desses níveis.

Assim, como Castoriadis assinalou, um dos processos que nessa complexa dinâmica pode acontecer através da explicação subjetiva do que eu considero a alienação, ele também abriu outra possibilidade, a de criação de alternativas pessoais frente à situação hegemônica, na qual se revela o que na minha obra, e na de outros autores como Touraine, se define como sujeito. Castoriadis (1995, p. 33) escreve: “Falando de forma geral, podemos dizer que onde tiver pensamento há postulação de figuras de diferentes tipos, postulações de alguma ideia ou modelos vagamente intuídos de uma teoria em processo de se fazer explícita como tal”.

É nesse nível da ideia que subverte o dominante em processo de se transformar em teoria que aparece com toda sua força a motivação da subversão e da transformação do estabelecido. Esse processo não é nunca apenas cognitivo, daí que Castoriadis o define como da ordem do imaginário radical. Esse processo representa a expressão de uma configuração subjetiva cujas formas de expressão sempre serão fonte de novas configurações e caminhos no tecido da subjetividade social.

A maneira de conclusão

Como conclusão deste artigo, gostaria de remarcar que o social se organiza nos sistemas de práticas humanas que o perpetuam e desde as quais se desenvolve como um sistema de complexas configurações subjetivas em processo onde suas diferentes formas de organização, de relações e de práticas aparecem através dos sentidos subjetivos das configurações subjetivas macro e micro sociais das diferentes formas de organização sociais que formam esse sistema, assim como das pessoas que são parte desses espaços sociais. Essa forma de pensar o social não apenas articula de maneira orgânica o social e o subjetivo, mas permite expressar a complexidade de todos os processos e instâncias que acontecem nesse espaço que de uma forma um tanto vaga definimos como sociedade, tanto nas suas múltiplas configurações sociais como aquelas das pessoas que fazem parte desses espaços.

A nossa proposta permite ir além da definição genérica e vaga da sociedade, como também da negação da organização social complexa que nos afeta para além de nossa individualidade e que não se reduz nem ao contexto, nem às práticas de relação atuais das pessoas, como defendido pelo construcionismo social a partir das posições do neopragmatismo (Rorty) e dos autores pós-estruturalistas.

Sobre o artigo

Recebido: 31/10/2012

Aceito: 14/11/2012

Referências bibliográficas

- ABULJANOVA, K. A. **Subject psykjicheskoi deyaelnosti**. Moskva: Nauka, 1973.
- ABULJANOVA, K. A. **Lichnost I deyatelnosti**. Moskva: Nauka, 1980.
- BAKHURST, D. Vygotsky's Demons. In: DANIES, H.; COLE, M.; WERTSCH, J. (Org.). **The Cambridge Companion to Vygotsky**. London: Cambridge University Press, 2007, p. 50 -76.
- BOZHOVICH, L. I. **La personalidad y su desarrollo en la edad infantil**. Havana: Puenlo y Educção, 1968.
- BRUSCHLINSKY, A.V. Predslivie. In: _____. **Psykjologisheskaya Nauka v Possii XX Stoletiya: Problemy toerii i istorii**. Moskva: PAN, 1997, p. 3 - 8.
- BRUNER, J.; VYGOTSKY, L.; a historical and conceptual perspective. In: WERTSCH, J. (Org.). **Culture, Communication and Cognition. Vygotskian Perspectives**. New York. Cambridge University Press, 1985, p. 21-34.
- BUDILOVA, E.A. **Sotzialno – psykjologisheskie problemy v Ruskoi nayke**. Moskva: Nauka, 1983.

- BUDILOVA, E.A.; LOMOV, B. F.; SHOROJOVA, ER.V. Akademii Nauk CCCP i razvitie psykjologii. **Voprocj Psykjologii**, Moskva, n. 2, p. 3-18, 1975.
- CASTORIADIS, C. Logic, imagination, reflection. In: ELLIOTT, A.; FROSH, S. (Org.). **Psychoanalysis in Context**. London: Routledge, 1995, p. 15-35.
- CHUDNOVSKY, V. E. Problema subjekti v nosti svetesobremennyx zadach psykjologii vospitaniya. **Voprocj Psykjologii**, Moskva, n. 4, p.15-24, 1988.
- DANZIGER, K. **Constructing the subject; Historical Origins of Psychological Research**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990
- DANZIGER, K. **Naming the Mind. How psychology founds its language**. London: Sage Publications, 1997.
- FROSH, S.; SAVILLE YOUNG, L. Psychoanalytic approaches to qualitative methodology. In: WILLIG, C.; STAINTON-ROGERS, W. **The Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: Sage, 2008. p. 85-110.
- GERGEN, K.; GERGEN, M. **Reflexiones sobre la construcción social**. Barcelona: Paidós, 2011.
- GALPERIN, P. Memories of A.N. Leontiev. **Soviet psychology**, v. XXIII. n.1, p. 57-62, 1984.
- GONZALEZ REY, F. **Problemas epistemológicos da psicología**. México: D.F. Colegio de Ciencias Sociales Plantel Sur. Universidad Autónoma de México, 1993.
- GONZALEZ REY, F. **Sujeito e Subjetividade**. São Paulo. Thomson, 2003.
- GONZALEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis. Vozes, 2004.
- GONZALEZ REY, F. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo. Thomson, 2007.
- GONZALEZ REY, F. Subjectivité sociale, sujet et représentations sociales. **Connexions – Identité et Subjectivité**. Paris, 89(1), p. 107-119, 2008.
- GONZALEZ REY, F. Historical relevance of Vygotsky's work; its significance for a new approach to the problem of subjectivity in psychology. **Oulines. Critical Practice Studies**, Copenhagen, n. 1, p. 59 – 73, 2009.
- GONZALEZ REY, F. A Re-examination of Defining Moments in Vygotsky's Work and Their Implications for His Continuing Legacy. **Mind Culture and Activity**, 18, p. 257-275, 2011.
- GONZALEZ REY, F. Advancing on the concept of sense; subjective sense and subjective configurations in Human Development. In: HEDEGGARD, M.; EDWARDS, A.; FLEER, M. (Org.). **Motives in Children development**. London: Cambridge University Press, 2012, p. 45-62.
- IBAÑEZ, T. **Ideologias de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988.
- JODELET, D. **Madness and Social Representation**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1981.
- KOCH, S. **Psychology in Human Context. Essays in Disidence and Reconstruction**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- KORNILOV, N. **Marksismi Psykjologiy**. Moscú: Instituto de Psicologia de Moscú, 1925.
- LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory**. London: Oxford University Press, 2005.
- LOMOV, B. F. Kategorii obscheniya i deyatelnosti v psykjologii. **Voprocj filosofii**, Moskva, n. 6, p. 134-137, 1979.
- LOMOV, B. F. **Metodologisheskie i theoretisheskie problem psykjologii**. Moskva: Nauka, 1984.

- PARKER, I. **Qualitative psychology: Introducing radical research**. Maidenhead: Open University Press, 2005.
- RUBINSTEIN, S. **Principy Obshei psykologii**. Moskva: IPM, 1947.
- RUBINSTEIN, S. **El Pensamiento y los caminos de su investigación**. Montevideo: Pueblos Unidos, 1959.
- RUBINSTEIN, S. **El Desarrollo de la Psicología: Principios y Métodos**. Habana: Editora del Consejo Nacional de Universidades, 1964.
- VAN DEER VEER, R. Vygotsky in Context. In: DANIES, H.; COLE, M.; WERTSCH, J. (Org.). **The Cambridge Companion to Vygotsky**. London: Cambridge University Press, 2007, p. 21 – 49.
- VYGOTSKY, L. Istoricheskii smisl psikjologicheskogo krisisa. In: LURIA, A. R.; YAROCHEVSKY, M. G. (Org.). **Obras Escogidas** Moskva: Pedagógica, 1982, v.1, p.77-98.
- ZINCHENKO, V. P. Thought and Work: The approaches of L. S. Vygotsky and G. G. Shpet. In: DANIES, H.; COLE, M.; WERTSCH, J. (Org.). **The Cambridge Companion to Vygotsky**. London: Cambridge University Press, 2007, p. 212-245.
- ZOTOV, A.F. Problema simbola vc Cobremennoi filosofii. Kritica i bibliografii. **Voprocy Filosofii**, Moskva, n. 2, p, 178-180, 1981.